

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.247 - SP (2020/0021781-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **M J**
ADVOGADO : **PETERSON VENITES KÖMEL JÚNIOR E OUTRO(S) - SP160500**
ADVOGADA : **VIVIANE BERNARDES NOGUEIRA - SP223894**
AGRAVADO : **A M J (MENOR)**
REPR. POR : **L A M**

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por M J, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO. REVISIONAL DE ALIMENTOS PELO GENITOR. Sentença de procedência. Insurgência pela ré. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. Prova documental suficiente ao deslinde da controvérsia, mostrando-se desnecessário para o julgamento do feito o depoimento pessoal do autor ou expedição de ofícios para identificação de patrimônio, cabendo ao magistrado refutar a produção de provas inúteis ou protelatórias. MÉRITO. Pretensão revisionista fundada exclusivamente na alegação de mudança de fortuna pelo autor, decorrente de redução salarial motivada pela mudança para atividade profissional em outro país, que resultou em percepção de vencimentos em moeda estrangeira inferiores aos percebidos ao tempo da fixação da obrigação original. Delimitação da inicial que torna desnecessária qualquer consideração em relação à capacidade contributiva da genitora e efetivas despesas da menor, aspectos considerados ao tempo da fixação dos alimentos em ação de divórcio. **Evento invocado na inicial que, embora caracterizasse, ao tempo do ajuizamento da ação, a diminuição de fortuna a que se refere o artigo 1.699 do Código Civil, não persistiu pela simples constatação de que ao longo do tempo houve desvalorização do Real frente à moeda americana, de modo que a consideração dos ganhos informados pelo alimentante já não representam perda salarial que justifique a diminuição da obrigação alimentar, fixada em moeda nacional, sob pena de redução excessiva e desproporcional dos alimentos, em detrimento dos interesses da menor.** Sentença reformada para restabelecer os alimentos fixados em divórcio.

EFEITOS EX NUNC. A consideração de que em período pretérito houve efetivo comprometimento financeiro, tanto que concedida tutela antecipada, confirmada em agravo de instrumento por esta Câmara, justifica, de forma a se evitar ruína financeira do autor, motivado até mesmo pela demora no julgamento do recurso, que o restabelecimento dos alimentos se dê a partir deste julgamento, sem efeitos retroativos. RECURSO PROVIDO. (fls. 469).

O recorrente alega violação dos arts. 1.699 do CC e 15 da Lei n. 5.478/68, no que concerne à necessária revisão da prestação de alimentos, trazendo os seguintes argumentos:

Para a exata compreensão e análise das razões do presente recurso para esta Corte Superior, cumpre apresentar um breve relato de todo o processado até o julgamento da apelação e dos embargos de declaração.

Pois bem, o recorrente ingressou com revisional devido à redução de sua capacidade financeira para continuar a pagar em favor da filha menor, (atualmente com 12 anos de idade) os alimentos que os próprios genitores acordaram quando do divórcio em fevereiro de 2.013, no valor de R\$7.500,0 (sete mil e quinhentos reais) atualizado anualmente pelo IGP-M, todo dia 02 de cada mês, além do pagamento direto das mensalidades escolares, matrículas, material e plano de assistência médica.

E este valor da parte pecuniária da pensão alimentícia originalmente estabelecida entre os genitores e restabelecida equivocadamente pelo Tribunal "a quo", implica atualmente no valor de R\$ 10.367,06 (dez mil trezentos e sessenta e sete reais e seis centavos).

Contudo, o pedido revisional feito pelo recorrente, se fez urgente e necessário, diante da redução de sua capacidade financeira, porquanto ao passar a residir e trabalhar nos Estados Unidos da América, no final do ano de 2.013, pela mesma empresa em que era contratado aqui no Brasil, o recorrente teve extintas todas as "ajudas de custo" que compunham seu salário.

E como prova, apresentou seus recibos de pagamentos devidamente traduzidos para o português, bem como suas despesas de moradia, sustento e alimentação, de forma a buscar uma readequação de todos os seus compromissos, incluindo a pensão alimentícia devida à recorrida, face a sua nova realidade de vida e atual salário.

Diante de tal comprovação feita pelo recorrente, e sendo este o único ponto controvertido: a redução da capacidade financeira do alimentante (recorrente); foi concedida parcialmente a tutela antecipada, determinando a redução da parte pecuniária da pensão alimentícia para R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

[...]

Ora, I. Ministros, é sabido que os alimentos não são fixados por simples cálculo aritmético, muito menos tomando por base o valor/cotação de moeda estrangeira, ou sua eventual variação frente ao real, padrão monetário nacional, que aliás sempre foi maior, pois o artigo 1.694 § 12 do Código Civil dispõe expressamente: os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

E em sendo as necessidades da recorrida presumidas, não discutidas nesta ação, restou a análise dos recursos da pessoa obrigada, no caso, o recorrente que comprovadamente teve diminuição da sua capacidade econômico-financeira, de sua capacidade de continuar provendo a pensão naquele patamar, fixado dentro de uma realidade que deixara de existir em face da perda de inúmeros benefícios que o emprego no Brasil lhe assegurava, bem como porque passou a viver numa localidade onde, se por um lado recebe valores em dólares, gasta/consome/paga suas despesas, em dólares, isso na época em que ajuizou a presente ação revisional, em razão

da perda dos diversos benefícios que integravam seu salário, como dito, e agora, recentemente, em decorrência do nascimento de mais um filho (em 15 de junho de 2.018), visando, unicamente, a adequação decorrente de alteração em sua capacidade de prover, o que foi devidamente provado e comprovado nos autos, sendo incontroverso.

[...]

Ora, Excelências, inadmissível esse ato de criação de uma ficção em que o valor efetivamente recebido é menor, mas, em razão de um ato imprevisível, e volátil, o que é pior, em alguns momentos, numa 'operação' de câmbio de moedas, o salário do recorrente não teria sofrido alteração. É ilógico e ilegal assim se considerar.

Ademais, ressalte-se, após a mudança de país as despesas do recorrente, com alimentação, moradia, encargos, impostos e etc, também passaram a ser na moeda americana, ou seja, o recorrente recebe salário em dólar, mas suas despesas também são em dólar.

De tal forma, reitera-se, aceitar a premissa equivocada lançada no v. acórdão e restabelecer o valor e forma de pagamento de pensão originalmente estabelecido entre os genitores em fevereiro de 2.013, implica, em última análise, não apenas na negativa dos dispositivos legais que regulam os alimentos (artigo 1.694 §1º do CC) e a revisão do valor quando da alteração do binômio necessidade-possibilidade (artigo 1.699 do Código Civil e ao artigo 15 da Lei 5.478/68), como, também, implica na vinculação da pensão alimentícia à variação cambial, o que é vedado por lei.

[...]

Há claro enriquecimento sem causa da recorrida em contrapartida do detrimento, ainda maior, da condição do recorrente - efeito direito do erro não dimensionado na prolação do v. acórdão, o que há de ser corrigido.

Portanto, se mantida a premissa equivocada do v. acórdão, o valor da pensão alimentícia ficará suscetível a incessantes pedidos revisionais, conforme o valor da moeda americana e a conversão em real do salário do recorrente se tornar maior ou menor, O QUE NÃO FAZ O MENOR SENTIDO E ATENTA CONTRA TODOS OS PRINCÍPIOS DE DIREITO, NOTADAMENTE O DA SEGURANÇA JURÍDICA E ECONOMIA PROCESSUAL. (fls. 501/505).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso especial, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A obrigação alimentar exige a apreciação do binômio necessidade-possibilidade, na forma do artigo 1.694, §1º do Código Civil, e em se tratando de ação revisional, a teor do artigo 1.699 do mesmo Estatuto, é indispensável a prova de que sobreveio mudança da fortuna de quem os supre ou quem os recebe.

A pensão que vigorava ao tempo do ajuizamento da ação havia sido fixada em ação de divórcio, no ano de 2.013, e estabelecia o pagamento da importância mensal de R\$ 7.500,00, além de despesas diretas relacionadas à escola (mensalidade, matrícula, uniforme e materiais) e plano de saúde, com atualização anual pelo IGPM-FGV (fls. 23), o que resultava em valores próximos a R\$ 10.000,00.

É incontroverso que na ocasião da fixação dos alimentos o autor era

diretor médico na empresa AMGEM DO BRASIL, com vencimento mensal de aproximadamente R\$ 30.500,00, e que por força de mudança de emprego, quando se tornou pesquisador em empresa com sede na Califórnia - EUA, sua nova remuneração passou a ser de US\$ 10.500,00.

Este o fundamento da pretensão revisionista mudança de fortuna do genitor, por força de alteração salarial - o que significa dizer que irrelevante para o deslinde deste feito qualquer discussão quanto à capacidade econômica e dever de contribuição da própria genitora, ou mesmo as despesas da menor, aspectos considerados ao tempo da fixação original da obrigação alimentar e que sequer foram invocados na inicial para justificar a mudança postulada.

E frente a esta delimitação, a situação dos autos não exige maiores divagações, senão o valor dos rendimentos do autor e sua capacidade de pagamento da pensão estabelecida, o que é solucionado por simples cálculo aritmético.

É fato que no momento da propositura da ação a consideração do valor do novo salário do autor, obtido pela simples multiplicação do câmbio da moeda americana em relação à moeda nacional (Real) apontava a necessidade de adequação para que se mantivesse a paridade estabelecida pelos alimentos em vigor em relação a seus ganhos (em torno de 31%, como indicado na própria inicial), já que essa conversão indicava a redução significativa dos ganhos mensais efetivos, de R\$ 30.500,00 para R\$ 23.000,00, e portanto, a manutenção dos alimentos representaria o comprometimento de aproximadamente 43% da nova remuneração.

Contudo, essa equação se alterou ao longo da demanda, e isso fica muito claro quando se constata que a consideração do câmbio atual (segundo consulta no dia de hoje 22/11/2018 - ao sítio eletrônico <https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-turismo-estados-unidos/>, de R\$ 3,816), resulta em majoração do valor do salário do autor, e não perda, já que houve expressiva desvalorização do Real frente ao Dólar Americano, passando ele a R\$ 40.005,00.

E diante desse contexto, já não pode prevalecer o valor estabelecido na r. sentença, de apenas R\$ 6.200,00, com atualização anual pelo IGPM, pois implicaria em redução inadequada e excessiva, já que o objetivo da demanda era apenas assegurar manutenção da capacidade de pagamento e contribuição frente aos ganhos do alimentante, e estes se tornaram superiores ao salário que percebia na ocasião da fixação, já que o índice de atualização monetária estabelecido teve variação inferior ao da moeda estrangeira referida.

Por outro lado, não se pode ignorar o quanto alegado pelo próprio autor de que a mudança de trabalho, embora num primeiro momento resultasse em queda de seus rendimentos, a médio e longo prazo trazia grandes perspectivas de melhor retorno financeiro e profissional (fls. 3), de maneira que não há qualquer razão para, nos dias atuais, manter-se a revisão na forma estabelecida.

Logo, na medida em que nos dias atuais não prevalece o fundamento de redução da capacidade econômica do provedor dos alimentos, deve ser restabelecido o valor na forma originariamente fixada, qual seja, pensão mensal de R\$ 7.500,00 (com as atualizações anuais do IGPM ao longo do período) e obrigações adicionais pertinentes a despesas escolares e plano de saúde.

Não se pode, contudo, ignorar o fato de que no decorrer da demanda

houve modificação desfavorável ao autor decorrente da flutuação do câmbio, tanto que a decisão concedida em tutela antecipada foi confirmada em sede de agravo de instrumento (fls. 134/136 e 345/349), e portanto, a simples revogação da tutela pela inversão do julgado poderia conduzir o autor a situação de comprometimento financeiro, em decorrência de acúmulo de débito quanto ao período passado, já que se foram longos três anos desde a prolação da sentença, o que não pode ser aceito.

E frente a esta situação, de forma a preservar os interesses de ambas as partes, o melhor caminho é acolher-se o restabelecimento da obrigação alimentar original a partir deste julgamento.

Nesse aspecto, as ponderações da apelante quanto a se estar diante de mudança salarial voluntária, certamente não se mostram aptas a alterar essa conclusão, pois estivesse a filha morando com os pais, se ainda casados, estaria ela sujeita às modificações por eles deliberadas em benefício próprio ou da família, ainda que isso significasse a necessidade de redução de despesas por determinado período, com vistas a um futuro mais promissor, e portanto, o fato de ter ocorrido o divórcio dos pais não modifica essa percepção em relação às escolhas profissionais do genitor. (fls. 471/474)

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão**

Superior Tribunal de Justiça

de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente